

AUTÓNOMA

Distribuição Gratuita | Semestral | Edição nº 1 | dezembro 2022



REPORTAGEM
**JOVENS, JORNALISMO
E POLÍTICA EM DEBATE
NA AUTÓNOMA**

P. 6

ENTREVISTA
**ANTÓNIO LENCASTRE
BERNARDO: "A NOSSA CASA
É AUTÓNOMA E LIVRE"**

P. 10

ENTREVISTA
**SÓNIA SÉNICA: "TAL COMO
PUTIN DEIXOU CLARO, 'NADA
SERÁ COMO ANTES'"**

P. 21



O Reitor da UAL aprecia e louva todas as iniciativas que conduzam a uma divulgação criteriosa das atividades e das iniciativas individuais e coletivas nos campos pedagógicos e de investigação.

Neste contexto é formulado um pedido ao Reitor para escrever o editorial do nº 1 da “Revista Autónoma”, pedido a que o Reitor não se furta, agradecendo a atenção que está implícita nesse pedido.

Confrontado com o Índice do nº 1 da Revista, o Reitor reconhece que, globalmente, as temáticas gerais que enformam este primeiro número correspondem a objetivos formulados no início deste editorial, já que, além das notícias de caráter mais geral, agrupadas no tema “ACONTECER”, se tem a preocupação de integrar a Entidade Instituidora da UAL, os seus colaboradores, os alunos e ex-alunos e pontos de reflexão de docentes/investigadores.

O primeiro passo está dado e, como “o caminho se faz caminhando”, parece ir no sentido desejado, embora, neste primeiro número, como é natural dado o desejo de avançar rapidamente, se tenha de reconhecer que não aparece ainda expressa toda a diversidade de campos de atuação e de áreas científicas que estão presentes e em desenvolvimento na UAL.

Espera-se que nos próximos números, e gradualmente, esses passos sejam dados, expressando-se com maior amplitude e rigor a vivência da Universidade, quer interna, quer externamente, evidenciando neste ponto as ligações e cooperações com as outras instituições e com a sociedade civil.

O Reitor espera que a revista, mais do que uma mera expressão do que se faz ou se pensa, possa ser fermento de novos avanços, particularmente no campo da interdisciplinaridade e demais profícuas relações com a sociedade, sem o que a UAL não corresponderá inteiramente ao que é também uma obrigação fundamental: a contribuição para uma sociedade mais solidária no presente para melhor construir o futuro.

José Amado da Silva

Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa



FICHA TÉCNICA

Diretor Carlos Pedro Dias

Publisher Paula Lopes

Coordenação Editorial Jaime Lourenço

Colaboraram nesta edição Aline Beuvink, Bárbara Galego, Carolina Steffensen, Inês Sofia, Margarida Sousa, Miguel Vilela e Pedro Gonçalves.

Imagem João Veloso, Soraia Pinto

Paginação Jaime Lourenço

Produção UALMedia | Universidade Autónoma de Lisboa

Coordenação Institucional Divisão de Comunicação e Marketing

Publicação semestral | Distribuição gratuita

Universidade Autónoma de Lisboa, Rua de Santa Marta, nº56
1169-023 Lisboa, Portugal

© 2022 Todos os direitos reservados



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



ACONTECER

“Rumo a uma Nova Ordem Mundial?”

5ª Conferência de Lisboa



5ª Conferência de Lisboa na Fundação Calouste Gulbenkian

A 5ª Conferência de Lisboa dedicou-se ao tema “Rumo a uma Nova Ordem Mundial?” Durante dois dias de debate na Fundação Calouste Gulbenkian, dezenas de oradores juntaram-se para refletir sobre a redefinição dos equilíbrios internacionais e as mudanças e desafios do que parece ser uma nova ordem mundial.

Texto: Jaime Lourenço

Fotografias gentilmente cedidas pelo Clube de Lisboa





Marcelo Rebelo de Sousa em entrevista ao UALMedia

Nos últimos anos, as alterações climáticas evoluíram para uma situação de emergência, as desigualdades sociais, de riqueza e rendimento aumentaram local e globalmente, o multilateralismo foi enfraquecendo, potências regionais e iniciativas multipolares cresceram, conflitos identitários e fundamentalismos deram origem a guerras, o aumento da inflação e da dívida tornaram-se ameaças globais. A análise e o debate sobre as mudanças e desafios que estão a transformar a atual Ordem Mundial marcou esta 5ª Conferência de Lisboa, da qual a Universidade Autónoma de Lisboa foi parceira institucional, com o apoio do UALMedia.

O Presidente da República congratulou a Autónoma pela parceria estabelecida com a 5ª Conferência de Lisboa. Marcelo Rebelo de Sousa destacou quão fascinante a reflexão do mundo futuro questionando como será o mundo depois da guerra e da pandemia: “como será a balança de poderes? Serão os mesmos, serão outros? Mas como é que o mundo funcionará?”

Desde 2014, as conferências de Lisboa são organizadas bianualmente pelo Clube de Lisboa, uma organização não-lucrativa com o objetivo de colocar Lisboa no palco das discussões à escala global, nomeadamente sobre temáticas e preocupações mundiais. A conferência deste ano colocou em debate especialistas de várias áreas e de vários países sobre

“

Para a Universidade Autónoma de Lisboa os meus parabéns por estar associada a este encontro. É uma conferência muito importante.

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República



questões como o estatuto de potência da Europa, como a sociedade deve olhar e mobilizar-se perante as guerras, o estado da globalização, ou a dependência energética e a emergência climática.

Fernando Jorge Cardoso, professor do Departamento de Relações Internacionais e diretor executivo do Clube de Lisboa, evidencia, num texto publicado no *Diário de Notícias*, as transformações recentes que justificam esta reflexão alargada sobre o futuro da ordem mundial: “à entrada da presente década, eventos impactantes, políticos, securitários, económicos, sociais, tecnológicos, ambientais, estão a acelerar mudanças globais, locais e individuais. A Covid-19 e a Guerra da Ucrânia são dois desses eventos que, juntamente com outros que estão em curso há já bem mais tempo, designadamente desde o fim da Guerra Fria, estão a reverter significativos sucessos conseguidos nas últimas duas décadas, tais como a saída de milhões de pessoas da pobreza extrema ou os acordos para combater o aquecimento global”.

A Guerra na Ucrânia foi um dos grandes temas em debate a propósito das ameaças da segurança global e na União Europeia. Mark Leonard, diretor do Conselho Europeu de Relações Externas, sustenta que a escalada da guerra na Ucrânia mostra que estamos perante um conflito sem fim à vista, o que pode contribuir para conflitos sociais e a ascensão do populismo nos países da União Europeia: “já vimos o colapso do Governo búlgaro, do Governo italiano, e penso que o que se pode ver no próximo período de tempo é que a crise na Ucrânia provoca uma série de outras crises. Já tivemos uma crise de refugiados, (esta) pode ser cinco, seis vezes pior do que a de 2015; a crise económica que está a chegar pode ser muito pior do que a crise do euro... E depois a crise do populismo pode ser ainda pior do que em 2016”. Para o diretor do Conselho Europeu de Relações Externas, quanto mais tempo a guerra continuar, maior é a



Plateia da conferência



O trabalho destas conferências de Lisboa é extraordinário. É trazer para Lisboa a reflexão a nível mundial.

Carlos Moedas

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

probabilidade de conduzir “a estes terríveis efeitos de segunda e terceira ordem, efeitos políticos, efeitos económicos, efeitos sociais”.

Por sua vez, o embaixador Francisco Seixas da Costa, presidente do Clube de Lisboa, recorda que a dimensão político-militar e de segurança da União Europeia enfraqueceu, nomeadamente com a saída do Reino Unido, perdendo um membro do Conselho de Segurança da NATO e um poder nuclear. “A União Europeia está mais enfraquecida em termos de representação política e de segurança. Por outro lado, não há ainda uma consciência europeia que permita garantir uma vontade comum de avançar num processo de segurança e defesa.”

Perentório foi João Gomes Cravinho, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao afirmar que a invasão da Ucrânia pela Rússia representa “um atentado à ordem internacional vigente, codificada na Carta das Nações Unidas, mas representa também a convicção de que essa ordem não tem força suficiente para penalizar o infrator”.

Para o chefe da diplomacia portuguesa, a progressiva fragilização da ordem internacional “representa um profundo perigo para a humanidade, seja por causa da existência de armas de destruição maciça, seja por causa da dificuldade acrescida em gerar consensos em torno do combate às alterações climáticas, que já não são uma ameaça longínqua para as próximas gerações, mas um desafio imediato para os dias que vivemos.”

Reconhecendo que estamos longe de “conhecer o percurso da guerra nos próximos meses”, o ministro diz que este meio ano de conflito mostra que “houve um grande erro de cálculo russo quanto a sua perceção de uma reação frouxa em defesa da



Carlos Moedas em entrevista ao UALMedia

ordem internacional“, já que “a reação foi poderosa, e a Rússia sairá sem dúvida muito penalizada” por violar os princípios basilares da Carta das Nações Unidas.

A defender uma posição própria da União Europeia no mundo resultante de uma política externa consolidada e dos seus valores identitários esteve o deputado à Assembleia da República Rui Tavares. Para o líder do Livre, “a União Europeia deve ter a ambição de ter uma palavra a dizer sobre a política internacional a nível global.”

A felicitar a realização desta conferência esteve também Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, “o trabalho destas conferências de Lisboa é extraordinário. É trazer para Lisboa a reflexão a nível mundial. Todas estas pessoas vieram de fora para pensar o que vai ser o mundo do futuro e esta nova ordem mundial e sobretudo o papel das cidades”.



Juntarmo-nos, conversarmos, recebermos opiniões de diversas partes do mundo enriquece muito a nossa compreensão desta realidade complexa, turbulenta, difícil que estamos a viver, o que alimenta melhores decisões políticas.

João Gomes Cravinho

Ministro dos Negócios Estrangeiros



João Gomes Cravinho, ministro dos Negócios Estrangeiros



Jovens, Jornalismo e Política em debate na Autónoma

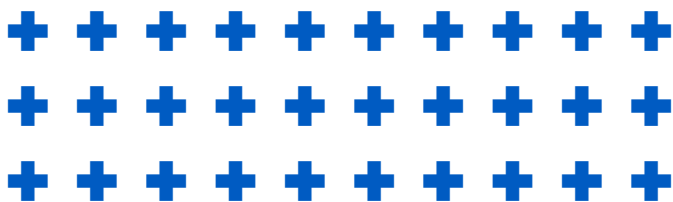


António Lencastre Bernardo, Augusto Santos Silva e Reginaldo Rodrigues de Almeida

A Universidade Autónoma de Lisboa abriu portas à conferência “Os Jovens, o Jornalismo e a Política”, organizada pelo Departamento de Ciências da Comunicação e pela Autónoma Academy, no dia 23 de junho. Esta iniciativa formaliza o lançamento da primeira pós-graduação em Jornalismo Político-parlamentar, coordenada por Anabela Neves e Carlos Pedro Dias, cuja 1ª edição ficou adiada devido à pandemia Covid-19.

Texto: Bárbara Galego e Pedro Gonçalves

Fotografias: Margarida Sousa (licenciados em Ciências da Comunicação)



Alunos de Ciências da Comunicação, de Direito e de Relações Internacionais aguardam, no Auditório 2 da Autónoma, o início da confrência “Jovens, Jornalismo e Política”.

À entrada da sala, docentes de Comunicação trocam dois dedos de conversa com a coordenadora da pós-graduação. As expectativas de Anabela Neves para a conferência, que está praticamente a começar, são elevadas. “Esta trilogia dos jovens, jornalismo e política precisa de muito alimento. Os jovens gostam de política e de participar na política, mas é preciso terem os estímulos certos.”

Com a chegada do presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, acompanhado pelo presidente do Grupo CEU, António de Lencastre Bernardo e pelo diretor do Departamento de Ciências da Comunicação, Reginaldo Rodrigues de Almeida, tem início a conferência.

Democracia e jovens

Para Augusto Santos Silva, a continuação do regime democrático depende de uma participação cívica contínua dos jovens na política. O “presidente-sociólogo” confessa que é urgente a existência de uma maior independência entre o jornalismo político e a política. “É necessário que exista jornalismo, que o direito de nos informar sobre os outros seja respeitado e que este espaço seja público”, frisa o presidente da Assembleia da República (AR).

Para uma democracia justa é necessária a existência de uma diversidade de órgãos e de conteúdos mediáticos. Para tal, o presidente da AR refere que “tem de haver uma diferença tênue entre interesse público e interesse do público”.

Nas últimas eleições legislativas em Portugal, que ocorreram a 30 de janeiro de 2022, a taxa de abstenção foi de 45,5% e Santos Silva aproveitou para abordar a abstenção jovem, manifestando a sua preocupação por esta se encontrar, atualmente, mais elevada do que a dos idosos. O presidente do Parlamento deixou uma questão: “É um fenómeno ligado a um ciclo de vida ou estou a referir-me a um fenómeno



A reprodução das instituições políticas e, logo, a reprodução da democracia depende crucialmente dos jovens e do que os jovens fazem hoje e farão amanhã.

Augusto Santos Silva

Presidente da Assembleia da República



Augusto Santos Silva em entrevista ao UALMedia

geracional? O significado é bastante diferente”. No primeiro caso, explicou, significa que os jovens que hoje se absterem nas eleições eventualmente vão tornar-se cidadãos que participam com consistência na política.

No entanto, se se tratar de um fenómeno geracional, significará que “esses jovens continuarão a abster-se” e isso terá consequência para o “regime de escolhas” existente em Portugal e que “permite garantir um conjunto de direitos, liberdade e garantias fundamentais”, acrescentou Augusto Santos Silva.

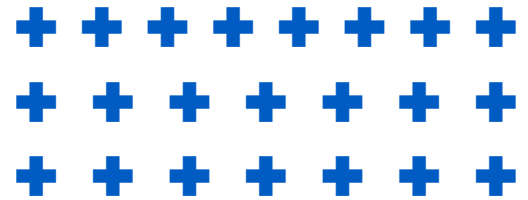
Afirma, no entanto, que se “não devemos ignorar esses sinais de alerta, também não devemos dramatizá-los”.

Quanto ao conceito de “juventude”, questiona se “este é um fenómeno ligado a um ciclo de vida ou estarei a referir-me a um fenómeno geracional?” O presidente da AR confessa que o significado destas duas abordagens é “bastante diferente”. Mais: “Será que os jovens que se absterem hoje serão os adultos que se irão abster amanhã?” é a pergunta lançada por Santos Silva para finalizar esta temática, deixando alunos e docentes em reflexão.

Ao fim de 40 minutos de discurso, Augusto Santos Silva termina a lição, perante uma plateia rendida às palavras. O professor não perdeu o jeito para cativar jovens e menos jovens, naquela que foi uma verdadeira aula de cidadania.

Os jovens, o jornalismo e a política

Após a sessão de abertura, dá-se início ao debate moderado por Paula Lopes, professora e subdiretora do departamento de Ciências da Comunicação da Autónoma, e por Ricardo Costa, aluno finalista da licenciatura.



Hugo Maduro, Paula Lopes, Ricardo Costa, Hugo Lopes e Liliana Borges

Desta vez, a mesa encontra-se mais composta: Hugo Maduro e Liliana Borges, jornalistas da SIC e do jornal Público, respetivamente, e o investigador e professor da Universidade da Beira Interior (UBI), Hugo Lopes.

Todos os partidos concordam que é necessária uma maior representatividade dos jovens na vida pública e também um maior investimento na literacia política junto dos mais novos. Paula Lopes aproveita para sublinhar que “ser cidadão não é apenas votar”, destacando muitas outras formas de participação cívica e política.

Em relação à “não escolha” do direito de voto por parte dos jovens, a opinião dos convidados diverge. Hugo Lopes afirma que “desde 1986, que se fala na mobilização dos jovens na política, não é algo de agora”. O professor da UBI acrescenta ainda que estamos perante “um divórcio entre as gerações jovens e a política, porque os jovens não participam na política não convencional”.

O jornalista Hugo Maduro acredita que a linguagem política e económica utilizada pelos políticos é “por vezes difícil”, sendo essa a causa para o “afastamento entre a política e os jovens”. Refere também que acredita que o poder da mudança está no jornalismo.

Liliana Borges começa por afirmar que tem uma experiência diferente de Hugo Maduro. Para a jornalista, o problema começa no jornalismo, dando o exemplo do termo “jovem-deputado” porque acredita que esta afirmação “cria automaticamente um estigma”, o que faz com que seja necessária uma readaptação do estilo de redação do jornalista.

Ricardo Costa questiona os convidados se estamos perante um *politicotainment*, termo que representa a junção entre política e entretenimento, e que gerou algumas gargalhadas na plateia, aliviando de certa forma a seriedade da temática. Hugo Maduro começa por dizer que este conceito “tem sido um grande desafio para a sua geração e continuará a ser para as restantes”.

Em contrapartida, Liliana Borges dá o exemplo de que muitas vezes as pessoas apenas leem os títulos das notícias, ficando sem perceber do que se trata. “O hábito de procurar tem de ir além do título e do excerto que vai para as redes sociais”, frisa.

Hugo Lopes faz referência a um formato de comunicação cada vez mais próximo dos jovens, o *podcast*, referindo que os jovens podem consumir este novo formato, por exemplo, nos transportes, enquanto se deslocam para a universidade e também nas redes sociais.

No intervalo, Isabel Damásio, docente do curso de Ciências da Comunicação e antiga jornalista parlamentar da RTP, faz um balanço muito positivo da iniciativa: “é interessante que se consiga juntar jovens a pessoas mais velhas e a políticos. É através destas discussões que pode ser possível encontrar algum caminho onde a mensagem política chegue aos mais jovens”.

Lança ainda uma pergunta aos jovens alunos: “serão as decisões políticas anunciadas as mesmas decisões que os jovens querem ver ser discutidas ou será a comunicação política que está mal feita?” Conclui que o problema está na oferta política e não na oferta comunicacional.



Rita Tavares, Graça Picão, Anabela Neves, Judith Menezes e Sousa e Inês Timóteo

O jornalismo político-parlamentar e a maioria absoluta em debate

São 17:40h e o que se estranha é ver um painel só com mulheres. Na mesa, as jornalistas parlamentares Judith Menezes e Sousa (TSF), Inês Timóteo (SIC), Rita Tavares (Observador) e Graça Picão (TVI/CNN Portugal) e a moderadora, a coordenadora da pós-graduação, Anabela Neves, que também já desempenhou esta função no Parlamento

Num ambiente descontraído e interativo, as convidadas relatam experiências profissionais, sublinhando como é trabalhar com governos de maioria relativa e de maioria absoluta.

A primeira intervenção foi da jornalista mais antiga no Parlamento, Judith Menezes e Sousa, que compara a forma de trabalhar na maioria absoluta de Cavaco Silva (1987 - 1995) com a atual maioria absoluta de António Costa, duas épocas com gerações distintas.

A evolução tecnológica foi dos temas mais abordados pelas jornalistas. Para Rita Tavares, um dos grandes desafios para exercer a profissão de jornalista no parlamento é “noticiar antes dos outros, pois existe uma grande pressão nos dias de hoje devido à era digital em que vivemos”, acrescentando ainda que “necessitamos de olhar mais à nossa volta do que estar sempre a olhar para um ecrã”. Este é um ponto que as quatro convidadas afirmam vivenciar todos os dias.

A jornalista Graça Picão nota que, em relação à mais recente maioria absoluta, “vamos ter que nos adaptar todos a esta nova forma de trabalho e nós [jornalistas] vamos ter de escrutinar esse trabalho”. Inês Timóteo reforça que “a missão do jornalista é a desconstrução”.

Anabela Neves deu espaço ao público para colocar questões às jornalistas. Alexandre Albuquerque, aluno de Relações Internacionais, questionou Judith Menezes e Sousa se “não deviam dar lugar no Parlamento a jornalistas mais jovens”. Na ótica da jornalista, o Parlamento “nunca teve jornalistas tão jovens”, algo com que as restantes colegas concordaram.

O aluno aproveitou ainda para questionar a relevância dos debates quinzenais, afirmando se estes não seriam apenas

“

Um bom jornalismo faz uma sociedade democrática mais forte para todos nós.

Ana Catarina Mendes

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

entretenimento. Judith confessa, em jeito de resposta: “Custa-me muito ouvir que os debates quinzenais só servem para espetáculo!”

Sobre os maiores desafios desta legislatura, enquanto jornalista parlamentar, Inês Timóteo confessa que, “com o partido Chega, o nosso filtro tem de ser a triplicar”. Rita Tavares aproveita para rematar com uma reflexão sobre a maioria absoluta: “uma democracia não é envergonhada por uma maioria absoluta porque foi a democracia que a escolheu”.

O Parlamento como espelho da sociedade

Ana Catarina Mendes, ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, é a convidada da sessão de encerramento da conferência. Após a entrada no auditório, a ministra desloca-se à plateia para cumprimentar os jornalistas presentes, numa forma bastante descontraída e despida de formalidades.

A primeira intervenção nesta sessão de encerramento da conferência fica a cargo do Magnífico Reitor da Autónoma, José Amado da Silva, que num discurso breve parabeniza a iniciativa.

Ana Catarina Mendes termina esta tarde de intenso debate com o testemunho do que é ser político. “Em primeiro lugar, gosto de ser política, da atividade política e da militância política”, começa por dizer. Afirma ainda que “o Parlamento é o espelho da sociedade ou, pelo menos, devia ser”, destacando que a discordância política é importante e necessária.

As suas palavras geram sorrisos e até algumas gargalhadas na plateia ao confessar não ser próxima dos jornalistas por “não responder e não dar notícia”. Apesar destas afirmações, a ministra vê o jornalismo como algo nobre. “Um bom jornalismo faz uma sociedade democrática mais forte para todos nós” e é através da política “que podemos transformar essa sociedade”.



Ana Catarina Mendes em entrevista ao UALMedia

ASSISTA A ESTA ENTREVISTA EM VÍDEO



ANTÓNIO DE LENCASTRE BERNARDO

**“A nossa casa
é autónoma e livre”**

Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Ensino Universitário, a entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, António de Lencastre Bernardo aceitou o repto da revista AUTÓNOMA para uma conversa em que a formalidade se revelou empatia. A criação da universidade, os desafios com que o Ensino Superior hoje se depara, as memórias do professor de História Contemporânea e os objetivos e visão para o futuro foram tópicos abordados.

Texto: Jaime Lourenço

Fotografias: Soraia Pinto



A Autónoma surge em 1985 pela mão da Cooperativa de Ensino Universitário (CEU) após a extinção da Universidade Livre. O que motivou a criação de uma universidade?

Esta casa foi fundada, de facto, em 1985. Em primeiro lugar foi fundada a Cooperativa de Ensino Universitário, conduzida por um conjunto de fundadores, dos quais alguns, felizmente, ainda estão vivos e nos acompanham aqui no dia-a-dia. Lembro-me, por exemplo, do Doutor José Augusto Tróni, do Professor Oliveira Costa, da Professora Isabel Miguens [de Carvalho Homem]. São professores que ainda hoje prestam serviço aqui na casa e foram alguns dos que estiveram presentes na escritura constitutiva da CEU. Recordo que entre esse grupo fundacional estava também o Doutor Justino Mendes de Almeida que, durante muitos anos, foi Reitor, e também o Doutor Luís Arouca que foi igualmente Reitor desta casa e presidente da cooperativa. Estava também o Professor Fernando Nogueira, que foi o primeiro presidente da cooperativa, lugar que hoje ocupo.

A CEU foi fundada justamente para criar uma universidade: a Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões. Porque a maior parte das pessoas que integravam esse grupo constitutivo exerciam a sua docência na Universidade Livre. Na altura, não teve condições para prosseguir o seu trabalho, por razões de desconhecimento. Ainda prestei serviço de docência na Universidade Livre, mas não fazia parte dos seus corpos dirigentes. Não sei minimamente o que se passou, sei que em determinada altura não foi possível a Universidade Livre prosseguir a sua tarefa de ensino. Nessa altura, muitos dos professores que integravam a Universidade Livre decidiram criar três universidades distintas, cooperativas que criaram universidades: a Universidade Lusíada, a Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões

e a Universidade Portucalense. De certa forma, a necessidade de criar estas universidades resultou do facto de ser preciso colocar os alunos que frequentavam a Universidade Livre em universidades onde pudessem prosseguir os seus estudos. Foi daí que resultou uma certa abertura do Governo para a criação de novas universidades.

A Universidade Autónoma de Lisboa criou-se nessa altura. Sobretudo graças à intervenção do Professor Fernando Nogueira foi possível chegar a acordo com os proprietários deste palácio, onde a universidade se veio a instalar. Este palácio é hoje, e desde essa altura, propriedade da CEU.

Esse grupo inicial de cooperadores era bastante vasto...

Muito... O número de cooperadores era muito grande, ultrapassava largamente a centena. Lembro-me que, na altura da transição da Universidade Livre para a Autónoma, fui convidado pelo Professor Luís Arouca, que foi Reitor e Presidente do Conselho de Administração, a integrar esse grupo de cooperadores que estavam a fundar a Universidade Autónoma. Sou cooperador, mas não sou dos mais antigos. Não estive ligado ao grupo fundacional que já estava a trabalhar há algum tempo no sentido de constituir a cooperativa e fundar a universidade. O mais antigo cooperador ainda é vivo. Neste momento, é o professor José Augusto Tróni.

Certamente que o Processo de Bolonha foi uma das grandes implementações nas últimas décadas. Considera que se traduziu numa mais-valia para o Ensino Superior ou comprometeu a qualidade de ensino?

Há quem conteste o Processo de Bolonha e há quem o considere muito útil, na medida em que permitiu conceder o grau de licenciado, de mestre e de doutor a muito mais pessoas do que era possível antes do Processo de Bolonha. Devo dizer que, no início, a universidade baseava-se nos princípios estatuídos pelo Governo, pelas disposições legais em vigor e, normalmente, todos os cursos duravam cinco anos. O curso de Ciências da Comunicação, por exemplo, foi criado com a duração de cinco anos. A entrada em vigor do Processo de Bolonha, uma iniciativa da União Europeia, fez com que os cursos reduzissem a sua duração, mas fez com que mais pessoas pudessem aceder ao Ensino Superior. Neste momento, mais do que saber se o melhor era pré-Bolonha ou pós-Bolonha, o mais importante é afirmar o pós-Bolonha e fazer com que seja cada vez mais exigente, mais rigoroso e que as pessoas que daqui saiam com o curso pós-Bolonha sejam cada vez mais competentes. Não sou muito partidário de falar “da água que já correu debaixo da ponte”. Importa estarmos atentos aos movimentos da sociedade por forma a que possamos, enquanto universidade, responder justamente a esses movimentos e a essas mudanças.

Numa entrevista em 2014, refere que gostaria que houvesse maior compreensão por parte das entidades públicas em relação ao Ensino Superior Privado. No seu entender, continua a ser desvalorizado?



Custa-me um pouco dizer isto, mas o Ensino Superior Privado continua a ser “o filho de um Deus menor”. De facto, temos menos condições que o Ensino Superior Público. Desde logo, o Ensino Superior Público tem um apoio financeiro, perfeitamente compreensível, da parte do Estado que o Ensino Superior Privado não tem. Mas, além disso, o modo como nos vemos tratados pelas instituições é um modo que, de certa forma, nos discrimina. Um exemplo é o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas que não integra um único reitor das universidades privadas. Será que as universidades privadas não são legais? Não, são legais, são criadas com portarias e existem legalmente. Então, por que razão os reitores das universidades privadas não podem fazer parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas? Logo aqui se vê que há uma discriminação. Por outro lado, também gostaríamos de ter algum apoio e não estamos a ter. É evidente que, através de fundos comunitários, se pode tentar ter algum desse apoio, mas na realidade as universidades privadas vivem da propina dos seus alunos. Esta ideia de que as universidades privadas vivem bem não tem em conta uma coisa: vivem com os meios que são facultados pelas famílias dos alunos. Isso deveria levar as entidades públicas a pensar melhor. Se formos ver o acesso ao Ensino Superior, muitas vezes os alunos que concorrem para as universidades públicas, sobretudo para aquelas que exigem uma nota mais alta de ingresso, vêm de colégios privados ou de estabelecimentos de ensino onde as notas são mais elevadas. Muitas vezes, os alunos que vêm para as universidades privadas são alunos que não têm mais poder económico. A ideia de que quem vem para as universidades privadas tem maior poder económico não é verdadeira. Portanto, essa ideia por não ser verdadeira prejudica o funcionamento das universidades privadas e, sobretudo, prejudica os alunos das universidades privadas. Não seria de todo errado que o Estado concedesse maior proteção, maior apoio, às universidades privadas. Parece-me que seria mais justo.

Nos últimos anos, têm sido traçadas várias vias para o Ensino Superior. Vê e pensa o Ensino Superior numa linha teórica ou numa óptica de proximidade ao mercado de trabalho?

Há e deve haver espaço para as duas situações. Por exemplo, aqui na CEU já temos o ensino universitário e o ensino politécnico através da Escola Superior de Enfermagem [São Francisco

das Misericórdias]. É evidente que quando preparamos os futuros diplomados na Escola Superior de Enfermagem os estamos a preparar para um mundo e uma actividade mais prática. Quando estamos a preparar alunos, por exemplo, em Ciências da Comunicação, podemos estar a preparar para uma componente mais prática, mas também para uma componente mais teórica, de maior estudo, de investigação. Temos de ter em conta as duas realidades. A realidade da empregabilidade de futuros licenciados e a realidade da investigação, porque uma universidade também significa investigação. Por isso, temos que ter uma visão teórica e científica do ensino universitário.

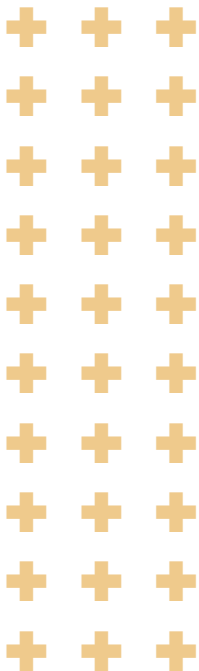
Mencionou a investigação e relatos de docentes indicam que, hoje, a universidade está cada vez mais direccionada para a investigação. Os docentes são obrigados a cumprir rácios de publicação e de participação em actividades científicas. Podemos dizer que há uma desvalorização da actividade docente de sala de aula?

Não vejo dessa maneira. A actividade de investigação é essencial para o docente. O próprio sistema de ensino português faz hoje exigências muito grandes no que diz respeito à investigação. Basta ver que a A3ES, a entidade reguladora do ensino superior, normalmente não concede o grau de doutor em cursos onde não haja um centro de investigação com a classificação de “Muito Bom” ou “Excelente”. Logo aqui se vê que a investigação é essencial. Para que isso possa suceder, o professor tem de investigar, tem de publicar e tem de ensinar. Quando se põe a investigação *versus* docência está-se a pôr o problema no campo errado. A docência carece de investigação e a investigação só se complementa com a docência. Porque fazemos investigação para descobrir novos mundos, novas teorias, novos caminhos, mas também para esses caminhos serem ensinados. Não podemos colocar-nos na posição de investigação *versus* docência. A investigação contribui para uma melhor docência.

Ao longo dos anos, estabeleceram-se bastantes programas de cooperação internacional. O Erasmus é o mais célebre. Estamos perante uma universidade cada vez mais internacional. Podemos afirmar que a Autónoma já está firmada no contexto internacional?

Gostaríamos de ter uma afirmação mais valiosa no domínio internacional. De facto, entendemos que a internacionalização





é essencial e é uma das vias que pretendemos seguir no futuro. No nosso plano estratégico, a internacionalização tem um lugar chave, não só através de um plano como o Erasmus, mas sobretudo através de protocolos, de acordos e de trabalhos conjuntos com outras universidades. Temos vindo a afirmar isso e estamos neste momento em negociações e conversações com universidades espanholas, brasileiras e angolanas, por forma a que possamos aprofundar o caminho da internacionalização, o caminho do futuro.

Aqui na Autónoma, leccionou cadeiras de História Contemporânea. Sente saudades de ser professor e do contacto com os alunos?

Sinto saudades, desde logo porque me faz recordar tempos do passado em que era mais novo e podia dedicar-me também ao ensino. Ensinei aqui História das Ideias Políticas, no curso de Ciências da Comunicação, durante vários anos, História da Idade Moderna, no curso de História, e História Económica e Social, nos cursos que então existiam de Sociologia, de Economia e de Gestão. Mas entendo que esse tempo passou e que outros terão de ministrar essa docência porque a minha idade e a necessidade do rejuvenescimento do corpo docente exigem que assim seja. Tenho muitas saudades do ensino, do contacto diário com os alunos, de os acompanhar, de os ajudar, de contribuir para a sua formação. Sinto-me muito feliz quando, ainda hoje, encontro muita gente em Portugal e fora do País que me olha e diz: “O senhor foi meu professor!”

Passados 37 anos, o que é que mudou na Autónoma?

Muitas das mudanças foram determinadas por mudanças a nível mundial. Outras foram determinadas pela legislação que obrigou a que as universidades se dirigissem num determinado sentido, como a investigação ou o Processo de Bolonha. Na verdade, continuamos fiéis aos princípios fundacionais desta casa. Somos uma casa, como o nosso nome indica, completamente autónoma, no que essa palavra em si encerra. Não podemos ser acusados de que estamos mais ligados a A ou a B, à direita ou à esquerda, acima ou abaixo. Somos uma universidade efectivamente autónoma e temos muito orgulho disso. Recordo que desde o início afirmávamos que tínhamos professores ligados quer a partidos da direita, quer a partidos da esquerda. Todos

convivíamos, convivemos e conviveremos com este princípio de autonomia e liberdade. Os nossos alunos são livres, a nossa casa é autónoma e livre.

Hoje somos confrontados com vários episódios que nos remetem para o passado: a guerra, os populismos emergentes... Para um historiador como o professor Lencastre Bernardo, a história é cíclica e repetitiva?

Não acho que seja, mas há fenómenos e situações que são repetíveis. Neste momento, estamos confrontados com uma afirmação cada vez mais forte dos populismos, mas a isso conduz a própria vivência do Mundo e a situação das populações. Hoje, temos uma sociedade efetivamente livre e não antevejo quaisquer riscos para uma sociedade como a nossa. Por exemplo, no dia em que estamos a fazer esta entrevista é 25 de Novembro. Foi um dia importante para a democracia portuguesa. O 25 de Novembro, no qual participei ativamente enquanto militar, foi a afirmação e a confirmação do 25 de Abril. Temos de seguir um princípio do respeito escrupuloso pelo cidadão, pelos Direitos Humanos e por um regime democrático. Não devemos reechar populismos, venham eles de onde vierem.

Propunha um exercício: Entra numa livraria. Aquilo que procura são livros de história?

Fundamentalmente biografias, mas também livros de História. Recentemente comprei, por uma questão de curiosidade, o livro publicado por José Milhazes, *Uma Breve História da Rússia*. Mas os livros que normalmente procuro com mais cuidado são os que referem vidas de pessoas que efetivamente contribuíram para o Mundo, tal como hoje o vivemos. Se pudesse olhar para as estantes da minha biblioteca, diria que a esmagadora maioria dos livros que tenho, além dos de História e de estudo, são fundamentalmente biografias, sejam do Obama, do Kennedy, do António Guterres, do Balsemão. Livros que contribuem para que possa conhecer melhor a vida de outras pessoas que contribuíram para o Mundo de hoje.

Quem são as personalidades que admira?

Foi a personalidade com quem trabalhei diretamente, o Presidente António Ramalho Eanes. É a personalidade viva

que mais admiro. Fui chefe de gabinete, fui assessor do Presidente e tenho uma grande amizade, uma grande estima, mas sobretudo um grande respeito e uma grande admiração. Mas admiro outras pessoas como, por exemplo, Winston Churchill. Pessoas que contribuíram, de alguma forma, para o Mundo se aperfeiçoar.

Fundou o Departamento de Ciências da Comunicação, do qual foi diretor de 1989 a 2004 e de 2007 a 2012. Que memórias guarda destas experiências?

Desde logo, a fundação e a pessoa que me ajudou a fundar este curso, um grande amigo já falecido, mas pai de um atual professor, João Soares Louro. Lembro-me de outras pessoas que conosco colaboraram no curso, afirmando o início da sua caminhada. O Mário Figueiredo, a Teresa de Sousa, o [Francisco] Sena Santos, ilustres jornalistas que colaboraram aqui conosco na fundação do curso. O professor Sánchez-Bravo, que durante muito tempo foi subdiretor e mesmo diretor. São pessoas que contribuíram muitíssimo para a afirmação do curso. Hoje é dirigido pelo Doutor Reginaldo de Almeida, que é meu vice-presidente no Conselho de Administração e é uma pessoa que comigo trabalha desde praticamente a fundação da universidade. Uma pessoa que muito respeito e que entendo que é o elemento dinamizador, catalisador e que mais contribuiu para o sucesso da Universidade Autónoma de Lisboa e da CEU. Não esqueço também que um dos subdiretores do curso é a Professora Paula Lopes, minha aluna no curso de Ciências da Comunicação. Tenho muito orgulho em ter dirigido o curso de Ciências da Comunicação, em ter sido professor e acho que o curso se está a afirmar. Começou por ser um curso de licenciatura, passado algum tempo passou a ter o mestrado, tem neste momento o grau de doutor. O curso de Ciências da Comunicação continua a afirmar-se fortemente no universo das universidades portuguesas com cursos de comunicação social.

Actualmente, as instituições de ensino superior deparam-se com grandes desafios como o incentivo à investigação, a actualização de métodos de ensino-aprendizagem, a internacionalização.... No seu entender, quais são os grandes desafios que estas instituições enfrentam hoje?

Ao nível da Universidade Autónoma de Lisboa, atingimos um determinado estágio de desenvolvimento e afirmação no âmbito das universidades portuguesas e temos de consolidar aquilo que atingimos. Depois, temos de nos desenvolver no sentido de internacionalizar. Temos também de captar mais alunos, sobretudo entre aqueles que vêm do ensino secundário porque são esses que vivificam e dinamizam a universidade. Temos de contribuir para alargar a nossa oferta formativa. Mas alargá-la dentro de parâmetros que nos permitam proporcionar um ensino de sucesso. Não podemos ter como ambição alargar indiscriminadamente a oferta formativa, porque quem muito quer fazer, acaba por não fazer nada. Entendemos que devemos alargar a oferta formativa naqueles domínios em que somos capazes de fazer uma boa formação e ministrar um bom ensino.

Um outro domínio no qual temos de apostar é a melhoria das nossas instalações. Temos o Palácio dos Condes do Redondo, um edifício emblemático de Lisboa, de Portugal e da nossa História. Temos muito orgulho nas nossas instalações, sobretudo no palácio, mas temos de alargar as nossas instalações para podermos prosseguir uma ampliação das áreas que queremos ministrar, por exemplo na área da saúde. Um dos nossos objetivos é alargar o ensino na área da saúde e, para isso, temos de criar uma Escola Superior de Saúde. Não apenas uma Escola de Enfermagem, mas uma Escola Superior de Saúde. Para esse efeito, temos também de dispor de novas instalações.

Portanto, é uma meta para o futuro?

Dentro do quadro estratégico, queremos internacionalizar, criar novas condições de ensino, alargar áreas de ensino, melhorar as condições de vivência dos alunos e melhorar as instalações.

Vivemos num mundo em constante mudança, com robótica, algoritmos, inteligência artificial. A educação vai-se adaptar a esse mundo?

Sem dúvida! E estamos a fazê-lo. O nosso investimento é cada vez maior nessas áreas. Quem compara as nossas salas de aula hoje com as de há 25 ou 30 anos. Vê uma diferença abissal. Hoje, estamos muito mais virados para as novas tecnologias e queremos que os nossos alunos usufruam dessas novas tecnologias e sejam ensinados a manusear e a utilizar cada vez melhor essas tecnologias.

Para terminar, como vê a Autónoma a médio-longo prazo?

Quero vê-la cada vez mais afirmativa, mais necessária, mais importante no âmbito do Ensino Superior em Portugal. A Universidade Autónoma completa este ano, no dia 13 de Dezembro, 37 anos. Temos que ver a durabilidade de uma instituição como esta a longo-prazo. Vejo esta universidade cada vez mais afirmada no conjunto do ensino superior universitário, seja privado, seja público. Não importa ter muitos alunos, importa é ter o número de alunos que tenhamos capacidade para gerir, para ensinar bem, para promover o seu futuro. Isso é essencial numa universidade. Vejo a Universidade Autónoma de Lisboa com um futuro brilhante, de afirmação, confirmando aquilo que foi o seu passado.



Científico e Pedagógico com novos presidentes



O Conselho Científico e o Conselho Pedagógico da Autónoma elegeram novos presidentes e novos representantes.

No Conselho Científico, Manuel Guedes Valente, professor do Departamento de Direito, foi eleito presidente a 19 de julho. É Professor Associado na Autónoma, coordenador científico da Licenciatura em Direito e doutorado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa. Diretor e investigador do Ratio Legis – Centro de Investigação em Ciências Jurídicas da Autónoma e investigador integrado do Centro de Investigação em Justiça e Governação da Universidade do Minho. É advogado, jurisconsulto e um dos fundadores do Instituto de Cooperação Jurídica Internacional.

Cabe a este órgão da Autónoma pronunciar-se sobre as unidades orgânicas, ciclos de estudo, atividades de investigação, carreira docente, composição de júris de concurso e provas públicas dos cursos de mestrado e doutoramento, orientadores e coorientadores das teses de doutoramento ou deliberar sobre a distribuição de serviço docente, entre outras questões. Os restantes representantes que compõem o Conselho Científico da Autónoma foram eleitos a 28 de junho. O mandato tem a duração de três anos.

Para o Conselho Pedagógico foi eleita Ana Quaresma, professora do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, a 7 de abril. É Professora Auxiliar na Autónoma, coordenadora científica da Licenciatura em Economia e doutorada em Economia pela Autónoma. É investigadora integrada no OBSERVARE – Observatório de Relações Externas. Exerceu também funções na Banca, nas áreas de mercados de capitais, *Tax Reclaims* e *International Division*.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da Autónoma. Cabe-lhe pronunciar-se sobre orientações pedagógicas e métodos de ensino e avaliação, analisar o desempenho pedagógico da instituição, das unidades orgânicas e dos docentes, pronunciar-se sobre o calendário escolar, ciclos de estudos ministrados, entre outras questões. É composto por representantes do corpo docente e dos estudantes. Os membros que o compõem foram eleitos a 23 de março. O mandato dos docentes é de três anos e dos estudantes de um ano.

Anuário JANUS completa 25 anos

O *Anuário JANUS*, a publicação do OBSERVARE – Observatório de Relações Externas, completa 25 anos desde a sua primeira edição.

Esta é a única publicação periódica na área das Relações Internacionais feita por especialistas para não especialistas e que se assume como um espaço de reflexão e análise do país e do mundo que nos rodeia.

Procura estudar a situação mundial, privilegiando o relacionamento de Portugal com outros países, através de várias abordagens das relações internacionais: desde as políticas externas dos governos, à comunidade das nações e às interações das sociedades, cruzando os domínios da política, diplomacia, estratégia, ambiente, economia, cultura e dinâmicas sociais. Os estudos que integram cada número do *Anuário JANUS* partem de dados concretos, desde o inventário de factos políticos às estatísticas económicas.

A edição deste ano, comemorativa do 25º aniversário, tem por título “O País que Somos, O(s) Mundo(s) que Temos. Um Roteiro para o Conceito Estratégico da Próxima Década”. Conta, à semelhança das outras edições, com duas partes: uma dedicada à análise da conjuntura internacional que percorre um vasto leque de temas e geografias que marcam a atualidade nos últimos meses; e outra, “O País que somos, o(s) Mundo(s) que temos”, inserida num projeto homónimo do OBSERVARE financiado ao abrigo do programa de estímulo à investigação em Segurança e Defesa do Ministério da Defesa Nacional. Para Ana Isabel Xavier, coordenadora executiva do projeto, este contribui diretamente para o quadro de missão e áreas de atuação do Ministério da Defesa Nacional e para o aprofundamento do conhecimento e para a valorização da reflexão nestes domínios.



Autónoma torna-se Observador Consultivo da CPLP



O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na sua XXVII Reunião Ordinária, em Luanda, no dia 3 de junho de 2022, decidiu atribuir à Universidade Autónoma Portuguesa a categoria de Observador Consultivo.

A atribuição da Categoria de Observador Consultivo à UAL é o resultado das diferentes iniciativas promovidas pelo curso de Relações Internacionais e pelo Observatório de Relações Exteriores, OBSERVARE, onde é editado o *Anuário JANUS*, que aborda a conjuntura internacional sob diferentes perspetivas, tendo tido por diversas vezes a comunidade CPLP como objeto de estudo.

As conferências desenvolvidas pelo OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores, todo o trabalho desenvolvido e publicado no *Anuário JANUS*, bem como as ações levadas a cabo pelo Departamento de Direito têm privilegiado a análise da realidade política, económica, social e diplomática dos países da organização.

O estatuto de Observador Consultivo reconhece a importância das organizações das sociedades civis para a dinâmica do desenvolvimento da comunidade. Foi adotado pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, na cidade da Praia, a 20 de julho de 2009, e alterado pela XXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, a 31 de outubro de 2016.

Para Reginaldo Rodrigues de Almeida, vice-presidente do Conselho de Administração, esta atribuição “qualifica a nossa Universidade num patamar de enorme prestígio internacional centrado na Diáspora Portuguesa. Uma comunidade com milhões de falantes, onde a nossa instituição - por direito próprio - e em sequência da sua candidatura oportunamente elaborada, viu reconhecida a sua capacidade de intervenção no diálogo intercultural e desenvolvimento à escala internacional através de estudos e investigadores das mais diferentes áreas, com destaque para as Relações Internacionais, Economia, Direito e Comunicação”.

A CPLP promove a cooperação entre os seus estados-membros e tem como objetivos a concertação político-diplomática entre os países que a integram, reforçando a sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, nomeadamente na educação, saúde, ciência, tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicação, justiça, segurança pública, cultura ou desporto; e a promoção e difusão da língua portuguesa.

Luís Tomé condecorado com a Medalha da Cruz de São Jorge



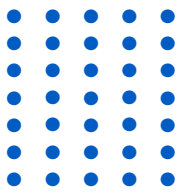
O professor Luís Tomé, diretor do Departamento de Relações Internacionais, foi agraciado com a Medalha da Cruz de São Jorge, Primeira Classe, por iniciativa do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), Almirante Silva Ribeiro. A cerimónia teve lugar no Instituto Universitário Militar a 22 de julho.

A condecoração foi atribuída, como se pode ler no *site* do Instituto de Defesa Nacional, em reconhecimento da permanente disponibilidade com que sempre distinguiu a instituição militar, bem como o elevadíssimo sentido de serviço público que sempre pautaram as suas intervenções no âmbito da defesa nacional, contribuindo para a eficácia, prestígio e cumprimento da missão das forças armadas junto dos seus institutos e academia.

A imposição da medalha foi feita pelo Comandante do Instituto Universitário Militar, Tenente-General António Martins Pereira, em representação do CEMGFA. Nesta cerimónia, além de representantes dos três ramos das Forças Armadas e da GNR, estiveram presentes o Magnífico Reitor da UAL, José Amado da Silva; os presidente e vice-presidente da CEU/UAL, respetivamente, António Lencastre Bernardo e Reginaldo Rodrigues de Almeida; o diretor do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), Nuno Severiano Teixeira; e a diretora do Instituto da Defesa Nacional, Isabel Nunes.

Esta distinção é atribuída simultaneamente a militares e civis merecedores por atos de relevo.

Luís Tomé é Professor Catedrático da Autónoma, diretor do Departamento de Relações Internacionais e do OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores. Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. É investigador integrado do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente nas áreas das Relações Internacionais, Geopolítica e Estudos de Segurança especializado nas regiões Euro-Atlântica, Eurásia e Ásia-Pacífico. Foi adjunto/técnico especialista para as Relações Internacionais e o Combate ao Terrorismo no gabinete da ministra da Administração Interna (Nov. 2015 – Out. 2017); assessor do vice-presidente do Parlamento Europeu (1999-2004); e investigador da NATO-EAPC durante dois anos.



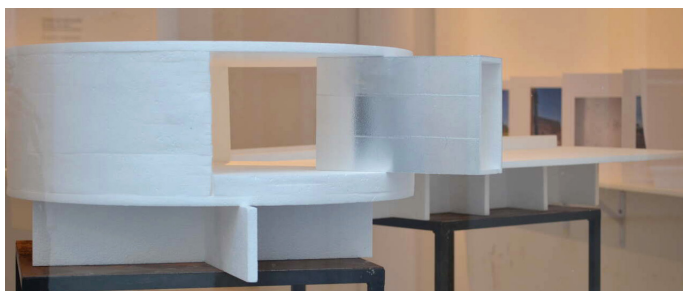
Artigo de Bruno Reis destacado pela OMS

O trabalho de investigação *Coronavirus on Iberic Digital Media: The Most Consumed News by Spanish and Portuguese Readers*, do docente do Departamento de Ciências da Comunicação da Autónoma Bruno Reis, foi destacado e divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Este destaque insere-se na promoção de literatura global sobre a doença de coronavírus que a Organização Mundial da Saúde proporciona. O artigo, que além de Bruno Reis conta com a coautoria de Nuno Jerónimo e Sheila Ormaechea, foi publicado originalmente no livro *Communication and Smart Technologies*, editado pela Springer. Procura compreender as principais características da cobertura noticiosa durante a pandemia Covid-19 nos meios informativos digitais ao longo do primeiro confinamento de 2020.

Bruno Reis é coordenador do Doutoramento em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no qual ministra as unidades curriculares Metodologias para o Estudo do Fenómeno Comunicativo I, Seminário de Projeto, Colóquio Doutoral e Tutorial da Tese. No Mestrado em Comunicação Aplicada, leciona Métodos Computacionais para as Ciências da Comunicação e Seminário de Projeto Final. Já na Licenciatura em Ciências da Comunicação, é docente de Sociologia da Comunicação.

“Todas as Direcções”, exposição de Ricardo Carvalho



Esteve patente na galeria de arquitetura Note a exposição “Todas as Direcções” do atelier de Ricardo Carvalho, docente e diretor do Departamento de Arquitetura da Autónoma.

A exposição conta com seis maquetas, seis desenhos e uma colecção de 12 fotografias dos lugares que deram origem aos projetos, registadas pelo arquiteto Nuno Gaspar. Estes projetos traduzem uma reflexão sobre o espaço, sobre a ideia de vida como um fenómeno colectivo.

A ideia para a exposição surgiu a partir de uma conversa entre Ricardo Carvalho e Bárbara Silva, curadora, em junho de 2022.

O Atelier Ricardo Carvalho Arquitectos e Associados foi criado em 2018 e está sediado em Lisboa.

Centro de Arbitragem com 25 Anos

O Centro de Arbitragem, unidade da Universidade Autónoma de Lisboa, completa 25 anos. Visa a promoção da mediação, da conciliação e da arbitragem podendo abranger todos os conflitos legalmente arbitráveis.

Ao longo dos anos, o Centro de Arbitragem, coordenado por Carlos Carvalho Cardoso, tem inovado os seus serviços com novas técnicas de abordagem ao conflito e novos procedimentos administrativos, tornando o serviço mais célere e menos oneroso. Esta unidade acolhe os mais variados conflitos: conflitos familiares, conflitos laborais, conflitos de consumo, conflitos de vizinhança, conflitos em contexto dos serviços de Saúde, conflitos em contexto desportivo, conflitos administrativos e pretende, em breve, acolher conflitos ambientais.

Foram também sendo firmados protocolos de parceria com ordens profissionais da área da Saúde, com câmaras municipais, juntas de freguesia, associações e outras entidades da sociedade civil.

A lista de árbitros é composta por profissionais de elevada experiência e amplo conhecimento das matérias e áreas que abrange, sendo a larga maioria, docentes e investigadores na Autónoma.



Nova diretora da ESEFSM



Elsa Restier Gonçalves é a nova diretora da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias (ESEFSM). É professora na instituição há 22 anos nas áreas de investigação em enfermagem e enfermagem de saúde infantil e pediátrica. Além do ensino, Elsa Restier Gonçalves passou pelas unidades de pediatria do Hospital S. Francisco Xavier e Hospital Condes Castro Guimarães.

A ESEFSM conta com mais de 70 anos no ensino de enfermagem. Actualmente, a sua oferta letiva conta com a Licenciatura em Enfermagem, o Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica e um vasto leque de pós-graduações. Passou a integrar o grupo CEU em 2020.

Os novos paradigmas da sociedade digital

O Departamento de Engenharias e Ciências da Computação organizou a conferência “Os novos paradigmas da sociedade digital”, que decorreu a 27 de outubro.

Procurou-se abordar os principais desafios do atual ecossistema da sociedade digital, passando por eixos como a tecnologia, a equidade, a segurança ou a sustentabilidade.

De modo a promover a reflexão e o debate sobre estes novos paradigmas da transformação digital, estiveram presentes Mário Marques da Silva, docente e diretor do Departamento de Engenharias e Ciências da Computação da Autónoma, que abordou a questão da tecnologia e sustentabilidade, Norberto Sousa do ComAcesso, que trouxe uma reflexão sobre acessibilidades e usabilidade digitais, Isabel Alvarez da Autónoma que tratou de questões relacionadas com ética e desenvolvimento. Também da Autónoma, Joaquim Cunha Viana centrou-se na cibersegurança e proteção de dados. Já Manuela Francisco da Universidade Aberta abordou educação *online*, autenticidade e equidade. Por fim, a certificação digital esteve a cargo de Joana Lobo, da Associação Portuguesa de Certificação.

Incubadora Autónoma



Com o propósito de apoiar jovens empreendedores da comunidade Autónoma, foi constituída a Incubadora Autónoma, uma unidade de apoio a alunos para implementar ideias e projetos. Nas palavras do seu coordenador e professor do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, Marcos Ferasso, “é um laboratório prático e uma oportunidade para apoiar alunos”. Esse auxílio visa a promoção de ideias inovadoras e a criação de novos negócios.

A Incubadora Autónoma tem como missão estimular a capacidade criativa e o empreendedorismo por meio de um ambiente favorável ao intercâmbio de informações, *networking*, transferência tecnológica e inovação que resultem em experiências inovadoras.

O projeto surgiu através de proposta de Samuel Silva, membro do Conselho de Administração do Grupo Autónoma, que na sessão de apresentação da Incubadora Autónoma ressaltou que “é preciso ter o espírito de empreendedor”, desafiando os alunos a investir neste projeto as suas ideias.

Para Sérgio Pontes, diretor do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, a Incubadora traduz-se num fortalecimento da “ligação dos nossos alunos com o mercado de trabalho e com o mundo exterior. Com esta iniciativa, queremos aumentar essa ligação ao colaborar com alunos que tenham ideias que possam ser interessantes para as ajudar a lançar nesse mercado”.

A equipa do projeto é composta pelos professores Sérgio Pontes, Luís Alves Rita, Renato Leite e coordenada por Marcos Ferasso.

A Incubadora Autónoma servirá também como uma oportunidade em contexto ensino-aprendizagem da unidade curricular “Empreendedorismo” das licenciaturas em Gestão e em Economia.



Inclusão e Resiliência na Autónoma

O Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária (GIRU) foi criado em 2020. Uma aposta da Universidade Autónoma de Lisboa ao perceber as necessidades especiais de muitos alunos durante a frequência do Ensino Superior.

Este projeto pretende potencializar as aprendizagens, a capacidade reflexiva, o posicionamento ético e de uma cidadania consciente; facilitar o desenvolvimento dos estudantes de acordo com a sua linha vocacional; incrementar e orientar medidas que possibilitem um ambiente de inclusão para os alunos com necessidades educativas específicas; incentivar as aprendizagens entre pares e o desenvolvimento de competências; e promover a reflexão das práticas pedagógicas.

Para Cláudia Castro, coordenadora do projeto, o GIRU assenta em três eixos-chave: aprendizagem, estudantes com necessidades educativas especiais e a dimensão cultural e humanista da universidade.

Esta unidade da Autónoma exerce também um trabalho de apoio aos vários departamentos, apoiando não só o aluno, mas também o corpo docente em todas as questões sobre práticas educativas personalizadas ao aluno com necessidades educativas especiais. Como Cláudia Castro sustenta, “não há fórmulas nem métodos milagrosos. Cada pessoa é única”. A abordagem que a professora do Departamento de Psicologia defende está centrada no aluno e nas suas características individuais.

O GIRU já celebrou um protocolo com a Altice que patrocinou um espaço de leitura com ferramentas técnicas que potenciam a leitura. Por exemplo, um mecanismo idêntico a uns óculos que transpõe caracteres de, por exemplo, um livro em áudio.

Apoio Psicológico e Social ao Refugiado

O Centro de Apoio Psicológico e Social ao Refugiado é uma unidade do Centro Universitário de Psicologia e Aconselhamento (CUPA) da Autónoma que foi criado com o objetivo de prestar ajuda psicológica a pessoas direta ou indiretamente afetadas pela guerra na Ucrânia.

O projeto surgiu da iniciativa de um conjunto de professores do Departamento de Psicologia da Autónoma.

Segundo Rute Brites, Professora Associada do Departamento de Psicologia, “as pessoas que se viram forçadas a deslocar-se para países terceiros, como Portugal, estão sujeitas a inúmeros fatores de stress, não apenas por conta da ameaça sentida, mas por conta de todo o processo de deslocação e de adaptação a uma cultura de um novo país, por vezes em condições desafiantes”.

O Centro de Apoio Psicológico e Social ao Refugiado pretende disponibilizar a esta população, além das respostas de emergência actualmente existentes, um serviço continuado ao longo do tempo, gratuito e realizado por profissionais competentes.

O CUPA oferece ainda atendimento psicológico individual ou em grupo acessível economicamente a toda a comunidade em geral.

Os seus serviços consistem em consultas de avaliação ou intervenção psicológica em situações de dificuldades relacionais; dificuldades de adaptação à vida académica, estados de ansiedade, depressão, stress, ataques de pânico, luto, fobias, perturbações alimentares, perturbações do sono, orientação vocacional, entre outras situações.



Centro de Apoio Psicológico e Social ao Refugiado



“Tal como Putin deixou claro, ‘nada será como antes’”

Professora do Departamento de Relações Internacionais da Autónoma, investigadora integrada do Instituto Português de Relações Internacionais e comentadora de política internacional da CNN Portugal, Sónia Sénica destacou-se no panorama académico e mediático com o romper da guerra na Ucrânia. A revista AUTÓNOMA convidou-a a explicar e contextualizar o acontecimento que marcou 2022 e que redefiniu a política externa mundial.

Texto: Jaime Lourenço

Fotografias: Soraia Pinto



As suas áreas de investigação são a Política Externa, Política Internacional, Guerra Fria e Pós-Guerra Fria, a Federação Russa e a política externa. Foi, inclusive, o tema da sua tese de doutoramento. Porquê a Rússia?

É sempre difícil explicar o meu fascínio pela Rússia porque estamos numa altura muito conturbada, até de perceção da imagem internacional da Rússia e isso tolda aquilo que pode ser um bom compromisso de análise. Comecei a inteirar-me da Rússia logo na licenciatura. É um fascínio pela cultura, pelo estudo do próprio regime russo, já na altura desde [Boris] Iéltsin à ascensão de Vladimir Putin, tudo o que encerra e o que tem implicado acompanhar a sua evolução a nível da liderança russa. Sinto-me satisfeita por ter dedicado toda a minha atenção na Academia a estudar as questões da Federação Russa, a sua política externa, a sua ação internacional nos vários vetores e dimensões, que vão muito além da questão da Ucrânia, e de certa forma esta especificidade da Rússia enquanto regime, na política doméstica e o que se materializa depois na sua política externa. Sem esquecer a importância da própria liderança de Vladimir Putin. É muito interessante e fascinante estudar este tipo de atores e decisores políticos que têm tido momentos marcantes no quadro da política internacional.

Desde 24 de Fevereiro que o mundo se confrontou com uma nova guerra no continente europeu com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. Esta operação era expectável?

Quem acompanha há muito a liderança de Vladimir Putin sabia que no quadro daquilo que é conhecido a ser uma certa imprevisibilidade existe alguma previsibilidade. Há muito que

estava um projeto a ser traçado, Posso remontar até aos famosos discursos de 2004, em que ele diz que a implosão da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX, ou a 2007, no famoso discurso de Munique, na conferência de Munique, onde perante os seus pares, internacionalmente, deixa claro uma ampla contestação à ordem internacional, liberal de hegemonia norte-americana.

Há muito que era perceptível que havia aqui uma dupla tendência. Por um lado, no quadro doméstico, um caminhar cada vez mais para uma liderança forte, centralizada, personalizada, vertical, naquilo que os russos entendem ser o conceito da dita democracia soberana, que é algo que não é entendível ao Ocidente. Em cumulativo, também uma política externa inicialmente pragmática, assertiva e agora militarizada. A fundamentação reside desde logo na premissa de que a Rússia deve ser respeitada e reconhecida internacionalmente como um grande poder e, portanto, tem direito à sua zona de influência. Desde logo, configura ser o espaço pós-soviético necessariamente de acordo com a perceção de Moscovo.

Mas nos meses que antecederam a invasão, em Junho de 2021, o presidente Biden e o presidente Putin reuniram-se em Genebra onde discutiram a possível adesão da Ucrânia à NATO. Que implicações é que este encontro pode ter tido no desfecho que conhecemos?

A Ucrânia já tinha sido agitada por via do conflito que decorria desde 2014 com a anexação da Crimeia. O conflito não era novo, teve vários ciclos e estava restringido à parte do leste da Ucrânia, ao que agora falamos sempre do Donbass. Ainda assim, não havia assunção oficial de um apoio por parte do Kremlin aos ditos pró-russos independentistas ou separatistas. De facto, esse momento ficou marcado pelo famoso encontro entre Biden e Putin em Genève, onde o presidente norte-americano expressa que a Rússia é um grande poder. Diria que, ao fim de muitos anos a reivindicar esse conhecimento internacional, sobretudo por parte do principal interlocutor norte-americano, ficou claro que havia esse reconhecimento.

Juntamos a proposta enviada por Moscovo à NATO e aos Estado-Unidos de criar uma nova arquitetura de segurança. Mas, em cumulativo, fazia exigências muito claras, sobretudo em países que tinham a pretensão de aderir à NATO ou à União Europeia, como é o caso da Ucrânia. Essa proposta diplomática não foi colhida internacionalmente.

Juntamos um terceiro elemento: o militar. A questão de projeção de força com a Bielorrússia, os exercícios militares ocorridos junto à fronteira da Ucrânia que já indicavam alguma intenção não apenas meramente política ou diplomática. Também fui uma das que considerei, pelo menos em janeiro [de 2022], que Putin eventualmente não estaria ainda disposto a avançar para uma invasão. O que percecionamos é que, ao contrário do que foi a sua narrativa oficial, de não pretender invadir, aconteceu, considerada pelos próprios, uma operação militar especial. No fundo, tratou-se de uma invasão de um país soberano, à revelia daquilo que é o Direito Internacional e a própria Carta das Nações Unidas.

Num capítulo que assina no livro *União Europeia como Ator Internacional: Paz e Segurança nas narrativas e*

práticas, afirma que, ao longo das últimas décadas, se verificou um afastamento progressivo entre a Federação Russa e o Ocidente (EUA, UE, NATO). O que levou a este antagonismo crescente?

Desde logo, este clima de tensão com o ocidente. Agora, estamos claramente numa dita confrontação estratégica. Há muito que havia essa forma de atuar internacional, os ciberataques, a ingerência em processos eleitorais, a forma de tentar controlar e atacar até dissidentes do regime fora da fronteira da atual Federação Russa, o que gerou aqui um alerta por parte do ocidente, contrariando duas linhas que estavam a ser seguidas: a linha do eixo-franco-alemão, que era manter o diálogo aberto e permanente com a Federação Russa; a linha de atuação alemã de manter os laços por via daquilo que era o comércio permanente com a Federação Russa, tentando também compromete-la numa cooperação no quadro do comércio bilateral e com alguns países da União Europeia. Isso veio a verificar-se um desastre. Aquilo que estamos a perceber é a instrumentalização da energia, dada a extrema dependência que alguns países têm, e agora ficou muito óbvio com esta questão do constrangimento da guerra na Ucrânia. Constrangimentos não só operacionais, mas sobretudo político-diplomáticos, ou seja, digamos que a União Europeia no seu todo e sobretudo esses países muito dependentes acabaram por ficar fragilizados na sua posição face à Federação Russa, não só de apoio à Ucrânia, por via das sanções económicas e também do abastecimento e fornecimento de armamento, mas sobretudo internamente onde, por via daquilo que são os vários constrangimentos internos, o dilema é entre manter o apoio à Ucrânia e a necessidade de reorganizar a política energética, económica, exatamente devida a essa extrema dependência criada ao longo de anos pelo Kremlin de forma politicamente muito inteligente.

Este conflito veio redefinir a política externa e a diplomacia moderna?

Sem dúvida! E tal como Putin deixou claro, “nada será como antes”. Isto é muito importante porque há muito que queria revogar toda a ordem internacional, exatamente para poder

de alguma forma impor, advogar, ou propor um modelo que fosse mais conveniente às suas próprias pretensões. Não nos podemos esquecer que tenta manter sempre a sua pegada, a sua influência noutras áreas importantes do Mundo. Estou a pensar no caso evidente do continente africano, onde continua a ter não só contactos políticos muito relevantes que estão a ser materializados, por exemplo, nas votações nas Nações Unidas, muitas vezes favoráveis à própria posição do Kremlin. E temos a terceira dimensão que é económica. Há uma política russa tendente ao continente africano que passa muito por estreitar laços sobretudo económicos, também empresariais, beneficiando e capitalizando muito daquilo que foi a herança, o legado, deixado pelos laços políticos saídos da União Soviética, que, como sabemos, foi uma grande apoiante dos movimentos de independência, na altura do colonialismo.

Podemos afirmar que, também com este conflito, as instituições internacionais estão a atravessar uma crise?

Outra das leituras que se faz desta destabilização, deste carácter disruptivo segundo alguns analistas, é, como diz o professor Carlos Gaspar, que esta guerra da Ucrânia é o “9/11 europeu”. Veio mostrar, de alguma forma, a incapacidade de algumas organizações internacionais, no caso a União Europeia, mas também a NATO e a ONU, as mais afetadas por esta guerra da Ucrânia, exatamente porque se colocam questões não só de legitimidade, mas também de necessidade de reforma.

Perante este cenário e as crises sociais, económicas e políticas, há quem defenda que a União Europeia está mais fragilizada que nunca. Que desafios terá pela frente a curto prazo?

A guerra da Ucrânia não é só uma crise militar, não é só uma crise política diplomática, é uma crise energética, é uma crise alimentar e uma crise humanitária e, com todas estas camadas, o papel da União Europeia ficou claramente fragilizado em qualquer uma delas. Também mostrou as várias fragilidades do projeto europeu, a dificuldade de uma concertação conjunta em política externa. E o impacto muito substancial daquilo que





é a parte económica, energética, com importantes países na dependência estreita da energia russa. Há toda uma confluência de fatores que também fazem no quadro desta dimensão securitária exigir à própria União Europeia algo que ela não estava a equacionar: pela primeira vez por via de um mecanismo para a paz acionar o envio de armamento para uma zona de conflito. Há toda uma nova lógica que obriga a reequacionar no futuro uma maior capacitação militar. Não sabemos ainda bem se, de facto, irá avançar com uma chamada política de defesa e segurança comum, mas não nos podemos esquecer sempre em concertação com aquilo que tem sido a tradição de manter o estreitar de laços, que ficam muito clarividentes agora, por via da aliança atlântica, a importância ainda da NATO ser o garante da segurança europeia.

Para quem se dedica ao estudo e à reflexão no domínio das Relações Internacionais, estamos a viver um período fértil para a investigação?

É sempre fértil [Risos], porque temos sempre vários focos de atenção. O que me parece é que este será um estudo de caso daqueles que vão suscitar anos de análise e de avaliação, consideração, exatamente como aconteceu com a União Soviética, o fim da Guerra Fria. Não há dúvida que a guerra da Ucrânia é um campo fértil pelas várias dimensões que encerra, as implicações que tem, as eventuais consequências, mas sobretudo porque nenhum de nós consegue antecipar o fim. Talvez seja a maior preocupação nesta fase, seja perceber qual será o fim, de que forma poderá ser pacificado este conflito, quais as consequências, as exigências aos vários atores envolvidos e qual será o mundo que teremos em termos de ordem internacional.

Sabemos que em períodos de conflitos armados, a desinformação sempre teve um papel significativo. Hoje, com um ecossistema minado por uma desordem informacional, o entendimento das guerras pela sociedade é ainda mais turvo?

Quando fala em desinformação só me ocorre a maneira como a Federação Russa tem sido exímia há muito a utilizar a campanha de desinformação, muito antes até desta invasão da Ucrânia. A maneira exímia com que a narrativa oficial russa pega não só na história para a deturpar a seu favor, acolhendo e fundamentando as suas ações, mas também a nível interno de manter de forma muito clara a existência permanente do outro, de uma ameaça

externa e constringer aquilo que são as liberdades, direitos e garantias individuais. No quadro desta guerra ficou muito clara essa faceta. O que indicia é que estaremos perante um mundo eventualmente muito mais perigoso e as lições que tiraremos deste conflito, e o resultado do mesmo, podem passar por uma fase bastante complicada em termos das próprias relações internacionais.

É comentadora da CNN Portugal, onde tem contribuído para o debate e reflexão, maioritariamente, sobre a guerra na Ucrânia. Como é que entende este seu “espaço” de comentário?

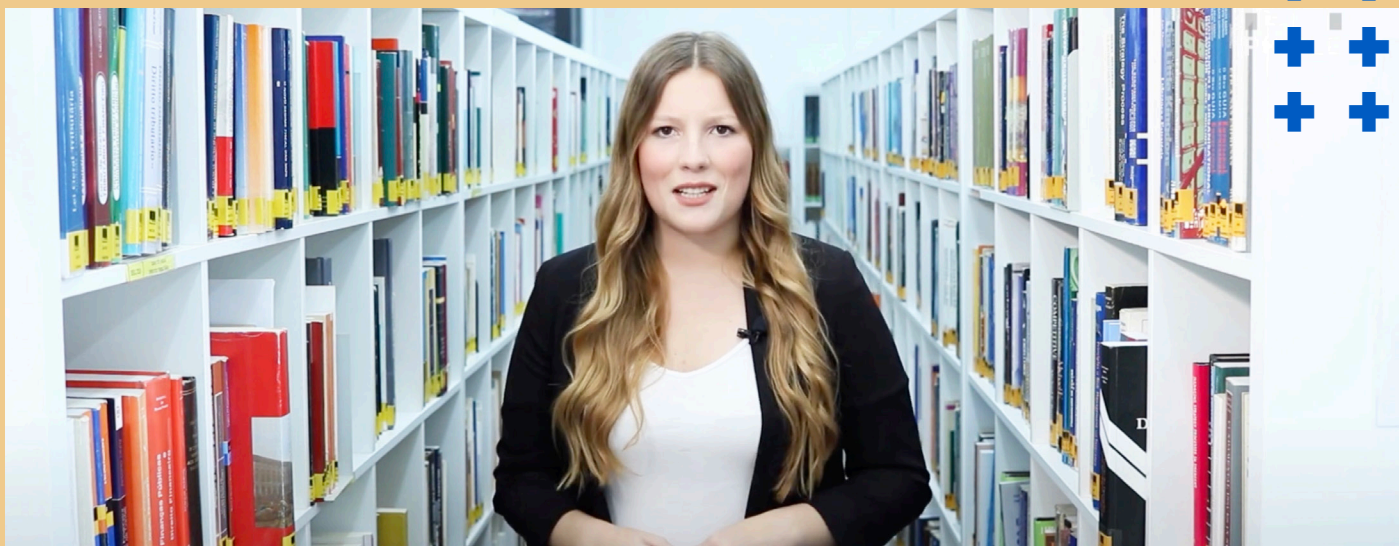
Comecei por achar que era uma possibilidade de trazer o meu conhecimento académico para um auditório mais alargado. Tenho alguma sensibilidade com a questão da comunicação social porque também tive os meus périclos pela mesma, mas de forma completamente inocente na minha juventude. Tenho sempre tendência de achar que é bom levarmos o conhecimento e aprendermos com os outros. No caso da CNN, refletir sobre questões da política internacional é exatamente na mesma linha do que faço na Academia ou nas aulas. Tentar ser o mais objetiva, analiticamente possível, porque eticamente nos é exigido que assim seja.

No comentário televisivo é das poucas mulheres que se tem destacado no âmbito das Relações Internacionais, da Segurança e Defesa. Podemos assumir que o comentário ainda é um espaço masculinizado?

Esta questão da guerra na Ucrânia teve como consequência também dar palco a várias pessoas que talvez não tivessem essa oportunidade. É muito interessante notar que o paradigma mudou, trouxe uma série de nomes femininos, de análise e de reflexão. Há muito que era necessário fazer esta conquista e essa abertura para convidar mulheres analistas. No meu caso particular, estou muito reconhecida à CNN Portugal pela sua visão estratégica nesta questão.



“Um treino para o futuro”



Recordo-me como se fosse hoje da primeira semana de aulas como estudante de Ciências da Comunicação, em particular da primeira reunião para colaborar com o UALMedia.

Acabada de chegar do Alentejo, mas já com alguns anos de experiência numa rádio local, trazia comigo vontade de me destacar, mas com a incerteza de quem estava pela primeira vez rodeada de pessoas que queriam exatamente o mesmo. Por timidez e insegurança, achei que me ia limitar à tarefa de ir às aulas, mas rapidamente percebi que na Autónoma e, em particular, com o corpo docente que acompanha de perto os alunos do UALMedia havia espaço para cada ideia, para cada pessoa e o mais importante: espaço para aprender e errar.

Três anos depois, e agora já a trabalhar como *social manager* e a estagiar na TVI, não tenho dúvidas de que foram as oportunidades que me deram que me levaram a conquistar o que tenho hoje e a sair da licenciatura já com perspetivas de emprego.

Durante este período fiz muitas entrevistas a diversas personalidades, ao Presidente da Assembleia da República, por exemplo, reportagens entre tantos outros projetos e até entretenimento.

A licenciatura da Autónoma permitiu a cada aluno experimentar os diversos ramos da comunicação, a mim só me deu mais certezas que o meu caminho passa por televisão.

O que mais destaco é a vertente prática que a licenciatura oferece. Depois de quatro meses a trabalhar diariamente em conteúdos na TVI, vejo que só sai preparado para o mercado de trabalho quem alia a teoria à prática. E é por isso que digo a todos os alunos para verem cada trabalho da universidade como um treino para o futuro.

À Autónoma devo os amigos que são como família, os professores que acreditaram sempre em mim, bem como em todos os meus colegas. O Departamento de Ciências da Comunicação está atento a quem quer sempre fazer mais. Até recordo os senhores da portaria, pelo sorriso ao final de 12 horas intensas de edição nas semanas de entrega de trabalhos. Foram anos muito felizes e que vão deixar uma eterna saudade.

Carolina Steffensen

Licenciada em Ciências da Comunicação



A minha experiência na Universidade Autónoma de Lisboa

Corria o ano lectivo de 2000/2001 quando estabeleci o primeiro contacto institucional com a Universidade Autónoma de Lisboa. Era eu uma recém-licenciada em História da Arte da Faculdade de Letras e uma iniciante professora na mesma Universidade de Lisboa. E, como todos os principiantes na carreira universitária, queria chegar a outras instituições de prestígio como era – e é – a UAL. Foi assim que conheci o Professor Miguel Figueira de Faria e o Departamento de História, Artes e Humanidades. Não havendo possibilidade de docência para mim aqui, pois ainda estava só a iniciar essa actividade em Letras e nem tinha ainda o mestrado defendido, colaborei com alguns projectos de investigação e cheguei a dar duas aulas de História da Arte – percebendo os alunos extremamente interessados, aplicados e inteligentes que havia e que são, ainda hoje, o nosso universo discente da UAL. Muitos anos, universidades e ciclos de estudos terminados depois, eis que a oportunidade que procurei um dia surgiu e vim leccionar para o DHAH.

Já fui professora na Faculdade de Letras, na Faculdade de Arquitectura, no ISLA, e em todos estes locais encontrei pessoas fantásticas, cresci e aprendi muito. Mas estaria a mentir se não colocasse a Universidade Autónoma como o meu local de trabalho preferido: o ambiente, as condições de trabalho, a simpatia dos funcionários, dos colegas, dos alunos, tudo proporciona um clima e a sensação de que se pertence a uma grande família. Agradeço sempre os desafios que me colocam e as responsabilidades que me atribuem: participar na organização dos eventos da Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira, que já é um marco universitário a ligar os dois países, pela

coordenação do Professor Miguel Faria e partilha executiva com a Professora Roberta Stumpf; a coordenação da Licenciatura em História, que me permitiu participar, juntamente com os meus queridos colegas do departamento, na renovação do programa lectivo, inovador a nível nacional – o único em Portugal que tem disciplinas como História das Mulheres, História do Brasil ou do Ambiente e da Ciência como estruturais; o trabalho de investigação, sólido e com uma equipa de excelência, que integro, do CICH; e a liberdade de me permitirem dizer o que penso, sem qualquer censura, tanto a nível do que a minha investigação indica, nas áreas científicas de História e História da Arte, como da minha contribuição cívica e política, são bens muito preciosos.

É um privilégio trabalhar na Universidade Autónoma de Lisboa. E é um grande orgulho, quando estou em encontros internacionais, em lançamentos e apresentações de livros e trabalhos, ou quando vou comentar a actualidade política em alguma estrutura de média em Portugal, dizer: eu pertenço à UAL!

Aline Beuvink

Professora do Departamento de História, Artes e Humanidades



Ana Matos: “Fazer parte da família Autónoma é uma experiência fantástica”



Entrou na Universidade Autónoma de Lisboa em maio de 1991. Hoje, é coordenadora do Balcão do Estudante. Ana Matos admite em entrevista à revista AUTÓNOMA que: “É uma universidade familiar, mas não deixa de atuar com profissionalismo e rigor.” Estes 37 anos de existência são uma “prova de sucesso”. O ADN da UAL assenta em valores imutáveis.

Texto: Inês Sofia (finalista da Licenciatura em Ciências da Comunicação)

Fotografias: João Veloso

Está na Autónoma há mais de 30 anos. Recorda-se do primeiro dia?

Claro que me recordo do meu primeiro dia. Entrei em maio de 1991 para trabalhar na secretaria. Lembro-me perfeitamente das primeiras pessoas que contactei, foram pessoas extraordinárias. Apesar de todo o nervosismo do primeiro dia, rapidamente percebi que o grupo era muito unido. Um ambiente muito familiar. Quando isso acontece, a integração é sempre fácil e foi aquilo que aconteceu.

Porquê a Autónoma? Uma oportunidade no mercado de trabalho ou houve alguma questão afetiva que a trouxe até aqui?

Foi um bocadinho das duas. Uma oportunidade de trabalho, que

aceitei, obviamente, porque apesar da universidade ser relativamente nova, já trazia muita história. E um ambiente muito jovem que me podia proporcionar, também, algum crescimento profissional.

Foi aluna na Autónoma, tendo estudado em regime pós-laboral. Porquê a Licenciatura em Direito?

A minha profissão assenta muito em regras e leis. Em determinado momento, talvez tenha sentido necessidade de alargar um pouco mais o conhecimento. A escolha que me pareceu mais óbvia seria estudar Direito. Foi uma licenciatura que me preparou para várias situações jurídicas, ao longo do meu percurso. Tem ajudado bastante até aos dias de hoje [Risos].

“É exigido um maior rigor, ética profissional e moral”

A exigência é maior quando se estuda no local de trabalho? Por exemplo, por se ser aluna de quem já se conhece pessoalmente, enquanto funcionária da “casa”?

Sim. É preciso salientar que a UAL, ao longo dos vários anos, tem vindo a proporcionar a todos os funcionários a possibilidade de crescimento através da formação e eu, como outras colegas, tentámos aproveitar.

Claro que sermos simultaneamente alunos e também funcionários traz uma pressão adicional. É exigido um maior rigor, ética profissional e moral.

Como é coordenar antigos colegas?

Já conheço alguns deles desde 1991 e estabelecemos uma relação de proximidade. São pessoas que respeito muito. Disponíveis, humanas e com uma grande capacidade de trabalho. Tem sido muito fácil lidar com eles e, no fundo, coordená-los. São pessoas com bastante dedicação aos alunos e isso é muito importante.

Na Autónoma, reconhecem-na como uma profissional de exceção, pela sua simpatia, paciência e autocontrolo. O hábito faz o monge?

Deixe-me agradecer as suas palavras, são muito simpáticas [Risos]. Tudo isto só é possível porque trabalho com pessoas fantásticas. Há muita entajada e isso é

muito importante. São pessoas que sabem ouvir. Quando todos esses fatores estão conjugados é muito fácil trabalhar ou coordenar estes colegas.

Ao longo deste percurso, existe alguma história que a tenha marcado?

Talvez destacasse a minha última participação na Autónoma em Movimento, um projeto que, no fundo, era levar a conhecer a nossa oferta formativa às escolas secundárias. Fomos contactados por uma escola em Torres Novas. Só que em vez de nos encaminharmos para Torres Novas, fomos para Torres Vedras... Nada tem a ver [Risos]. Chegámos a Torres Vedras e procurámos a escola, não conseguimos encontrar, obviamente. Quando nos apercebemos do erro, rapidamente começamos a correr para Torres Novas. Chegámos atrasados, claro! Fomos recebidos quase num ambiente de festa. O diretor da escola tinha dispensado todos os alunos das aulas para ouvirem a apresentação da universidade. Correu muito bem! Muito pelos testemunhos dos alunos que nos acompanhavam. Foram momentos de bastante trabalho, mas divertidos, que estabelecem ligações que perduram ao longo do tempo.

“É um lugar de conhecimento”

Ouvimos muitas vezes a expressão “família Autónoma”. O que é fazer parte da família Autónoma?

Fazer parte da família Autónoma é uma experiência fantástica. A Universidade

trata bem todas as pessoas. A qualidade do corpo docente e a disponibilidade dos professores contribui muito para que os alunos sintam que fazem parte desta família. A minha experiência tem sido fantástica e acredito que muito alunos passem exatamente pelo mesmo. É uma universidade familiar, mas não deixa de atuar com profissionalismo e rigor.

Que perceção tem, hoje, da Autónoma? Sente que, de geração em geração, a UAL reinventa-se? Mas o ADN original permanece?

Tem vindo a conseguir reinventar-se e a evidência disso talvez sejam estes 37 anos de existência. Já é uma prova de sucesso. Acredito que esse sucesso só se consiga se houver empenho dos colaboradores e professores. Há uma visão estratégica da própria direção da universidade em imaginar o futuro e adaptar-se às várias gerações.

O ADN assenta em valores que o tempo não apaga. É imutável. Exemplo disso é a paixão pelo ensino, pelo conhecimento.

É um orgulho para si fazer parte desta família?

Sem dúvida! Entrei aos 21 anos e tenho muito prazer naquilo que faço. Não me é difícil vir trabalhar. Isso já diz tudo.

Para terminar, é possível definir a UAL numa palavra?

Não é nada fácil. Para não cairmos só na questão da família, diria conhecimento.

É um lugar de conhecimento!



Ana Matos com a equipa do Balcão do Estudante da Autónoma

José Paulo Pinho: “Tenho muito orgulho em ter feito parte daquela família”



Advogado, aluno da Universidade Autónoma de Lisboa de 1987 a 1992, José Paulo Pinho admite em entrevista à revista AUTÓNOMA: “Foi ali que me senti durante cinco anos como a minha segunda casa, a minha segunda família.” Recorda e recomenda a todos a Autónoma. “É ali que nos formamos como pessoas diferentes.”

Texto: Miguel Vilela (finalista da Licenciatura em Ciências da Comunicação)
Fotografias cedidas por José Paulo Pinho

Licenciou-se em Direito na Universidade Autónoma de Lisboa, entre 1987 e 1992. Porquê a Autónoma?

Foi a universidade que tinha os melhores professores de Direito e, na realidade, tinha. Foi a primeira opção!

Enquanto aluno de Direito, que professores guarda na memória?

O professor [Francisco] Lucas Pires, o professor João Nabais e outros professores de muita qualidade que tínhamos naquela universidade, o que acabava por ser frutífero, por nos dar alguma qualidade em termos práticos e teóricos.

Como foi o seu percurso na Autónoma?

Foi limpo [Risos]. Na altura, eram cinco anos. Lembro-me de ter ido a uma ou duas orais. Uma delas recordo com alguma graça. A Doutora Ana Prato era aquele tipo de professora que nas orais chumbava toda a gente e dizia: “Querem que diga os nomes? Chumbaram todos!” Era muito difícil. Lembro-me de que, felizmente, passei nessa oral, mas tenho um colega que teve 35 vezes a fazer essa cadeira. 35 vezes... [Risos].

Tinha de se ter algum esforço, algum empenho e, por isso, foi bom. Foi limpo.

É um curso exigente?

É muito exigente. Digo em brincadeira que, se voltasse atrás, se calhar não fazia. Ainda hoje é difícil, mas é diferente.



Cerimónia de entrega de Diplomas de 1992

“Ainda hoje é a minha segunda mãe”

Guarda boas recordações desses anos?

Guardo! Dou graças a Deus por ter começado ali. Ganhei grandes amigos. Ainda hoje o são. Aconselho aquela universidade a toda a gente!

Existe algum momento marcante ou história mais curiosa que possa partilhar com a comunidade Autónoma?

Tínhamos um professor, o Doutor Pessoa Brás, com orais que duravam três horas.

Muito extensas. Tínhamos de saber aquilo tudo. Livros de três mil páginas, coisas muito complicadas. Lembro-me que o Doutor, às vezes, chegava a estar quase a dormir e nós a continuarmos com as orais [Risos]. É uma pessoa de quem me lembro perfeitamente.

Outro, era o Doutor Pardal, muito bem-disposto, que nos fez passar grandes momentos.

Lembro-me da Dona Nina, a matriarca da faculdade, chefe da secretaria. Ainda hoje é a minha segunda mãe. Mandava em tudo. Se alguma coisa fosse preciso, era a Dona Nina!

É advogado de celebridades da área da música e de figuras públicas em casos mediáticos. Sente que o sucesso que tem é reflexo daquilo que a Autónoma lhe deu?

Não digo que tenha sucesso. Uma coisa

é ser advogado de figuras públicas, outra é ter sucesso. Acho que tive mais sucesso e visibilidade a partir do momento em que fiz o Programa da Cristina, a crónica criminal. Talvez tenha a ver com o facto de, por sorte ou por competência, não quero ir tão profundamente a isso, não ter perdido quase nada até hoje. Pode até parecer ridículo o que vou dizer, mas existem figuras públicas que nos tiram alguma visibilidade. Fui quase queimado na praça pública. Às vezes, não é vantajoso.

Tente terminar esta frase: Pela minha experiência profissional e colegas de profissão com quem tenho privado, diria que a Licenciatura em Direito da Autónoma se diferencia de todas as outras porque...

Tem qualidade...

“Sempre que precisei de alguma coisa, eles estavam lá”

Numa entrevista em 2018, referiu que via a Autónoma como uma “família”. Quais os motivos que o fazem sentir isso?

São as pessoas em si. Realmente funciona como uma família. Não é assim tão inalcançável chegar ao Doutor Manuel Serejo, ao Doutor Reginaldo, ao André, à São. Sempre que precisei de alguma coisa, eles estavam lá.

Dei aulas durante cinco anos noutra universidade e senti que já havia mais distanciamento entre as pessoas. Até

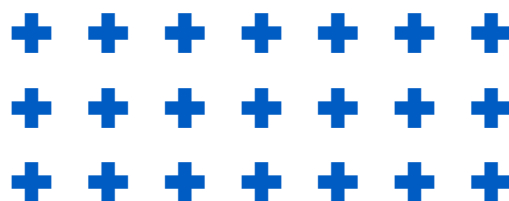
mesmo entre professores e direção, quanto mais entre professores e alunos. Na Autónoma não senti isso.

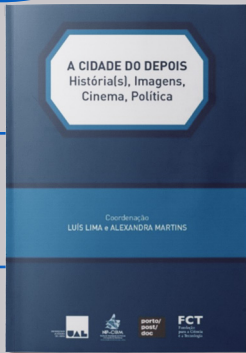
Para quem já foi aluno na “casinha amarela”, como olha hoje para uma instituição como a Autónoma?

Estou muito orgulhoso. Quem viu começar aquela “casinha amarela”, tão pequenina... E agora já se está a estender aos países lusófonos. Tenho muito orgulho em ter feito parte daquela família. Que cresçam sempre com esta qualidade.

Para terminar, como define a Autónoma numa palavra?

Família [Risos]. Foi ali que me senti, durante cinco anos, como a minha segunda casa, a minha segunda família. Foi ali que me apoiou, que conheci grandes amigos, grandes colegas de trabalho, que hoje são grandes advogados. É ali que nos formamos como pessoas diferentes.





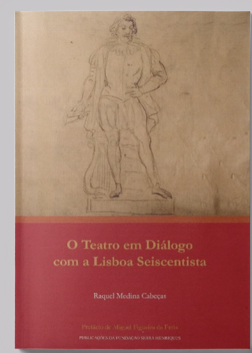
“A Cidade do Depois: História(s), História(s), Imagens, Cinema, Política”, coordenação de Luís Lima e Alexandra Martins (2022).



“Representações do Corpo na Captação e Retenção de Clientes no Fitness”, de Fabiana Ribeiro, Abel Correia e Vera Pedragosa (2022).



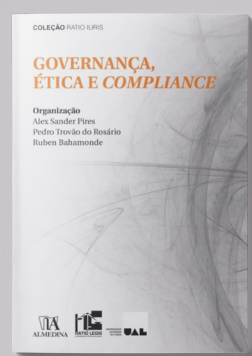
“O Fim da Europa”, de Carlos Gaspar (2022).



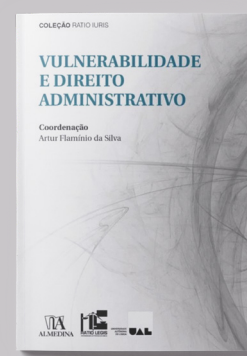
“O Teatro em Diálogo com a Lisboa Seiscentista”, de Raquel Medina Cabeças (2022).



“Terrorismo Internacional e Direito Penal”, de Leonel Horta Duarte Ribeiro (2022).



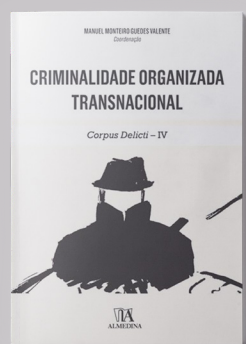
“Governança, Ética e Compliance”, organizado por Alex Sander Pires, Pedro Trovão do Rosário e Ruben Bahamonde (2022).



“Vulnerabilidade e Direito Administrativo”, coordenado por Artur Flaminio da Silva (2022).



“Culture of Peace and Human Rights I: in scope of new nationalisms”, coordenado por Alex Sander Pires e Pedro Trovão do Rosário (2022).



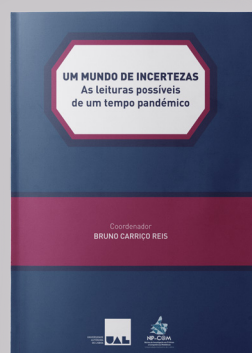
“Criminalidade Organizada Transnacional - Corpus Delicti IV”, coordenado por Manuel Guedes Valente (2022).



“Norte Júnior ou o Triunfo do Eclectismo”, coordenação de José Manuel Fernandes (2021).



“A Reconstrução da Baixa de Lisboa no século XVIII: o Projecto de Manuel da Maia”, de Maria Helena Ribeiro dos Santos (2021).



“Um Mundo de Incertezas: As leituras possíveis de um tempo pandémico”, coordenado por Bruno Carriço Reis (2021).



AUTONOMA.PT



© 2022